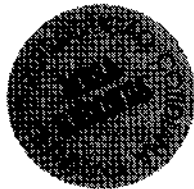


As articulações possíveis: família e reprodução em um segmento operário



Iracema Brandão Guimarães*

Os padrões de organização familiar que emergem em segmentos do proletariado urbano, em diferentes regiões e contextos sociais, sugerem uma redefinição das relações entre os sistemas produtivos e a organização da vida pessoal e familiar que remete aos novos contextos em que se dão as formas de interferência do Estado e das classes dominantes sobre a esfera privada nas classes trabalhadoras.

Os segmentos da população que enfrentam, na vida cotidiana, o desafio da sobrevivência inspiraram um debate consistente. Demonstrou-se, por um lado, a importância dos canais considerados espontâneos, naturais ou tradicionais de satisfação das necessidades, como a família e a rede de parentesco que mediam a relação do indivíduo com o mercado de trabalho. Por outro, percebeu-se a fragilidade desses canais diante da emergência das classes trabalhadoras, cujas reivindicações geraram a necessidade de intervenção do Estado e das classes dominantes sobre os diversos itens que compõem a reprodução da força de trabalho, ainda que isso se faça de um modo seletivo e em um mercado de trabalho segmentado.

A importância desses canais, implícita na problemática das estratégias de sobrevivência, permite repensar como se dá, atualmente, a articulação das relações familiares em face dos imperativos

da reprodução cotidiana. Diante das mudanças que incidem sobre a família e, principalmente, sobre o mercado de trabalho, indaga-se até que ponto essa relação é permanente e em quais circunstâncias atua. Também é interessante repensar até que ponto essa forma de articulação pode ser entendida como parte de uma lógica da pobreza – nos moldes dos estudos sobre os trabalhadores urbanos – ou como uma experiência peculiar de classe, de segmentos sociais que se proletarizam. Em qualquer um dos casos, a relação entre família, trabalho e reprodução abre possibilidades e perspectivas de análise quando situada em diferentes contextos, principalmente com a emergência de classes sociais que passam a reivindicar condições mínimas de garantia da reprodução cotidiana.

Inicialmente, é importante resgatar alguns argumentos do debate sobre “famílias operárias”, quando se buscava afirmar a persistência das relações fami-

* Professora e pesquisadora do Departamento e do Mestrado de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

liares diante do conjunto de mudanças induzidas pelo processo de industrialização. Demonstrou-se, por exemplo, que já nas etapas iniciais de formação de uma classe trabalhadora no Brasil, a relação entre família e trabalho era uma condição de classe e que esta não desapareceu com a migração das famílias para a cidade e a incorporação dos seus diversos membros no mercado de trabalho. A principal questão avançada nos estudos sobre as fábricas têxteis com vilas operárias foi a da instrumentalização da organização familiar dos trabalhadores nos anos 30-40, em um contexto em que a força de trabalho ainda não se constituía plenamente como mercadoria.

A articulação das relações familiares favorecia a adaptação às novas condições de vida e de trabalho e o assalariamento do grupo familiar se fazia, de início, com o trabalho dos filhos e principalmente das filhas jovens nas fábricas têxteis. Isso demonstrava a predominância de uma cultura própria que se tornava fundamental na organização da vida na cidade, resultando em uma reestruturação interna das famílias. Estas se transformavam em famílias operárias quando a maior parte dos seus membros encontrava-se inserida no trabalho fabril (Alvim, 1987).

Em contextos semelhantes, enfatizou-se o estudo do conjunto das relações subjacentes às fábricas com vilas operárias, demonstrando-se que a sua existência em países pioneiros do capitalismo negava o seu caráter tradicional. A oferta de moradias e de benefícios sociais, ao mesmo tempo que garantia minimamente a reprodução cotidiana das famílias, permitia uma interpenetração entre a esfera do trabalho e a da família, o que aparecia como um efeito negativo, uma forma de intervenção sobre a esfera da reprodução em um contexto de relações de dominação (Lopes, 1988).

Assim, se essa instrumentalização permitia o disciplinamento e controle dos trabalhadores, desde os anos 30, as for-

mas operárias de organização familiar permitiam, ao mesmo tempo, uma defesa cotidiana contra o ataque dilapidador do capital e os efeitos da proletarização (Paoli, 1984). O principal destaque desses estudos foi, talvez, a demonstração de como as relações familiares se constituem em um conjunto de práticas que, entre outros aspectos, apóiam a reprodução da força de trabalho e a organização familiar nas classes trabalhadoras. Ao lado disso, os estudos sobre as condições de vida dos trabalhadores urbanos foram pioneiros no reconhecimento da mediação que a família e os grupos domésticos exercem no desenvolvimento de uma condição de classe no capitalismo industrial. A transformação de homens, mulheres e crianças em trabalhadores e a sua diferenciação como operários industriais foram o principal traço da experiência de proletarização que atinge diversamente os segmentos populares, e neste experiências as relações familiares constituem-se como um fundamento de seus modos de vida.

Diferentes configurações caracterizam um modo de viver e trabalhar. O ambiente urbano-industrial, modificando as condições de vida existentes, possibilita o desenvolvimento de novos padrões de organização das unidades domésticas. Estas abrangem, por sua vez, as formas como os indivíduos organizam as atividades produtivas, mediante sua participação em um mercado, e aquelas necessárias à manutenção cotidiana. A existência de uma combinação interna, peculiar à família do trabalhador, entre a venda da força de trabalho e a produção de valores de uso, do ponto de vista da reprodução da força de trabalho, permite uma redução dos salários em relação ao seu custo real (Oliveira, 1976). Mas essa forma de combinação permite também entender como a família se constitui em unidade de rendimentos.

A visibilidade da família como fator complementar à reprodução da força de trabalho, compreendida na realização

das atividades domésticas, passou a ser abordada com o estudo das estratégias familiares de sobrevivência. Observou-se que estas dependem da soma dos rendimentos provenientes de diferentes formas de inserção nas atividades produtivas dos chefes provedores, das mulheres (como chefes ou como cônjuges) e dos filhos, o que depende dos ciclos familiares. As condições de incorporação dos segmentos de trabalhadores ao mercado de trabalho constituem, portanto, uma continuidade dessa problemática, em que a identificação das relações familiares reaparece como contexto para o entendimento da reprodução cotidiana. A maior ênfase desses estudos está na demonstração das situações distintas a que são submetidos os diferentes segmentos de trabalhadores – assalariados manuais e outros segmentos, assalariados ou não, mas sempre empobrecidos.

Os primeiros estudos que focalizaram as articulações entre família, trabalho e classe, demonstrando a relação de complementaridade existente entre o trabalho assalariado e a organização doméstica, foram produzidos nos anos 70: Durham (1976), Bilac (1978), Macedo (1979), Oliveira (1978). Constatou-se, então, que as estratégias de sobrevivência das famílias diferenciavam-se segundo a inserção ou situação de trabalho dos seus membros. Conforme Bilac, nas famílias dos trabalhadores estavam presentes formas diferenciadas de articulação entre as fases do ciclo de vida doméstico e as possibilidades de utilização dos seus membros para a complementação da renda familiar (Bilac, 1978:45). Se no início do ciclo a sobrevivência podia ser garantida com o trabalho de um chefe provedor, especialmente entre os trabalhadores manuais qualificados da indústria, nas etapas seguintes, a sobrevivência passava a depender cada vez mais do trabalho dos filhos, cujo afastamento, quando trabalhadores adultos, terminava por comprometer a sobrevivência dos de-

mais membros, principalmente os pais idosos.

Outros trabalhos, dando prosseguimento a essa linha de reflexão, buscaram analisar a família como um conjunto de relações sociais que é organizado, reorganizado e ativado ou não de acordo com as situações vividas (Woortmann, 1984). Se nos estudos acima mencionados a estratégia básica era a mobilização do trabalho dos filhos (Alvim, 1987; Bilac, 1978), nos estudos posteriores buscou-se ressaltar a peculiaridade das relações familiares, relações culturalmente estabelecidas e que permitem a mobilização de seus integrantes quando se torna necessário um aumento da carga de trabalho, em certos ciclos da vida familiar.

Segundo Woortmann (1984), essa intensidade das relações familiares não representa uma sobrevivência de padrões rurais, considerados como relações primárias, nem pode ser pensada como um transplante desses padrões para a cidade. Para o autor, há toda uma articulação de estratégias de moradia, emprego, alimentação e tratamento de saúde, baseada nas práticas familiares e relações de vizinhança, que responde a condições concretas e distintas daquelas que operam no meio rural.

As condições que levam à mobilização dos membros da família para o trabalho decorrem de vários fatores, destacando-se o fato de os trabalhadores experimentarem uma desestruturação de suas formas de vida anteriores, das quais dependia a sua reprodução (Offe, 1989:9). Com a constituição dos mercados de trabalho, as abordagens buscaram refletir sobre a família como uma agência para o lançamento de novos membros nesses mercados, destacando os fatores estruturais que condicionam as diferentes situações encontradas pelas famílias assalariadas. Por exemplo, no caso de São Paulo nos anos 80, contrasta-se a trajetória profissional dos homens como chefes provedores com as trajetórias das mulheres e jovens no mercado. A dos primeiros

prevalece como fator decisivo para a garantia de condições de vida mais favoráveis, já que há uma predominância masculina entre os trabalhadores qualificados vistos em seu conjunto. Entretanto, os arranjos familiares que dependem do trabalho das mulheres e jovens caracterizam-se pela instabilidade e precariedade, o que se deve à seletividade exercida pelo mercado e à discriminação por sexo e idade a que são submetidos os trabalhadores (Montali, 1991; Telles, 1992).

Nesse sentido, é possível entender o argumento de que não existe permutabilidade entre os membros da família no acesso ao mercado de trabalho, o que se contrapõe aos mecanismos das estratégias de sobrevivência cujo pressuposto é a permutabilidade ou equivalência dos diversos membros nesse acesso ao mercado, para a garantia da reprodução cotidiana (Hirata e Humphrey, 1989). Assim, a precariedade das condições de vida, comum à maior parte da população, seria maior entre famílias com chefias femininas, com filhos jovens que trabalham, ou com filhos menores de dez anos, todas caracterizadas em função da maior carga de dependentes (Montali, 1991:74).

A diferenciação entre os mercados de trabalho permite identificar aproximações ou divergências desses padrões, localizados a partir dos anos 80 em São Paulo. Desse modo, embora, nos anos 90, a proporção de famílias em situação de pobreza (até 1/2 salário mínimo) tenha diminuído no total do país, em função do efeito compensatório do ingresso de um maior número de seus membros no mercado de trabalho, isso não ocorreu, por exemplo, em Porto Alegre e Rio de Janeiro, cujas regiões metropolitanas apresentaram os maiores crescimentos das proporções de famílias pobres (Ribeiro *et al.*, 1993:6).

Antes disso, em 1986, um estudo comparativo entre São José dos Campos (SP) e Recife, duas cidades diversificadas economicamente, constatou que, em ambas, as gerações mais jovens eram

mais incorporadas a atividades assalariadas e que os chefes de família ocupados eram predominantemente trabalhadores manuais. Entretanto, em São José dos Campos os assalariados manuais e não-manuais encontravam-se mais concentrados no setor secundário e eram mais jovens e bem-remunerados que em Recife. Tal se devia à intensidade da industrialização na primeira cidade, que acentuou a demanda por força de trabalho. O outro padrão encontrado remete igualmente à diferenciação entre os mercados de trabalho e aos ciclos de vida de seus trabalhadores: aqueles que exerciam atividades por conta própria encontravam-se em etapas mais avançadas do ciclo vital mas eram mais velhos e bem-remunerados em São José dos Campos (Garcia *et al.*, 1986:70-72). Em outro estudo, comparando áreas metropolitanas do Nordeste e Sudeste, constatou-se que a participação da família no mercado de trabalho é crescente em ambas as regiões, mas é maior no Sudeste, especialmente entre os chefes provedores com níveis de escolaridade e renda mais baixos (Jatobá, 1990:147).

Semelhante ao padrão encontrado para São Paulo, essa mobilização da família para o trabalho em outras regiões tende a ser relacionada à precariedade das condições de vida e trabalho (cf. Montali e Telles, 1986). Assim, se é verdade que a proporção de famílias em situação de extrema pobreza teria diminuído no total do país, em função do efeito compensatório do ingresso de um maior número de seus membros no mercado de trabalho nos anos 90 (Ribeiro *et al.*, 1993), essa situação parece se agravar quando o chefe provedor encontra-se desempregado, ou nas famílias com chefias femininas, o que remete à discussão sobre a inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho.

O crescimento das famílias com chefia feminina nos segmentos mais pobres da população observado em São Paulo ocorre também, embora em meno-

res proporções, entre as camadas médias (Berquó e Oliveira, 1990:44). Um padrão semelhante foi identificado no Nordeste (Castro, 1989; Jatobá, 1990), o que levou à retomada dos argumentos sobre as estratégias familiares. Entende-se, nesse caso, que a participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, seja como chefes provedoras ou como cônjuges, não resulta desses mecanismos ou de outros (como crises e respostas transitórias às adversidades conjunturais da economia), mas, sim, de um conjunto de mudanças que decorrem tanto de fatores estruturais relacionados à organização dos mercados de trabalho, como de fatores referidos à organização interna das famílias e à subjetividade dos seus membros, remetendo, pois, às relações de gênero.

A situação dos trabalhadores em Salvador, por exemplo, não está muito distante do observado em São Paulo. Lá foi possível constatar uma predominância da participação masculina em atividades assalariadas, especialmente de produção, sendo majoritária a presença de chefes provedores que se encontram em etapas iniciais do ciclo familiar (menos de 40 anos e com grupos domésticos pequenos). De modo semelhante ao que foi identificado em outros mercados de trabalho, as atividades por conta própria são exercidas predominantemente por chefes provedores que se encontram em etapas mais avançadas do ciclo vital ou familiar. Observou-se igualmente um aumento da participação feminina entre os cônjuges, concentrado no setor serviços, especialmente em atividades assalariadas.

A existência desses padrões gerais em diferentes mercados de trabalho permite demonstrar, também, a reversão da estratégia adotada nos anos 70, baseada na mobilização do trabalho dos filhos, que resultava da restrita participação das mulheres cônjuges nas atividades produtivas. Nesse sentido, alguns trabalhos indicam que não houve aumentos significativos na participação dos jovens no mer-

cado em São Paulo até os anos 80 (Montali, 1991) e que essa participação ocorre em atividades pouco remuneradas (Telles, 1992). Um padrão semelhante foi verificado em Salvador no mesmo período (Guimarães, 1990). No Rio de Janeiro, nos anos 90, essa tendência se diferenciava apenas no que se refere às famílias muitos pobres; nas famílias cujo rendimento é superior a 1 salário mínimo a participação dos jovens no mercado de trabalho tendeu a diminuir (Ribeiro *et al.*, 1993).

Alguns trabalhos recentes têm buscado discutir a noção de estratégias (familiares ou de sobrevivência) e redefinir a sua aplicação. Para Rychter e Fougeyrolles (1990:5), na primeira acepção, a noção pode se referir aos modos de inserção e saída do assalariamento, dos quais a família é sujeito e agente, redefinindo-se o fato de que os indivíduos estão inscritos em uma lógica familiar que orienta a procura e obtenção de emprego. Entretanto, as autoras admitem a necessidade de indagar até que ponto o agente que formula e aplica uma estratégia é, de fato, a família. Indagam também sobre a aplicação dessa noção, rejeitando o seu fechamento em um quadro de postulados utilitaristas – a estratégia como um modo de adaptação de meios a fins.

Segundo Abreu (1990), o uso dessa noção, no caso brasileiro, remete ao desenvolvimento recente de estudos sobre a reprodução na classe operária que vêm mostrando a necessidade de se ultrapassar o determinismo econômico e se levar em conta as variáveis culturais ao abordar o processo de trabalho e as formas de gestão da mão-de-obra. A autora reconhece também que os estudos sobre o mercado de trabalho passaram a colocar em evidência as relações entre as práticas econômicas e as práticas familiares de trabalhadores.

Referindo-se a estratégias de vida (um uso assimilado à aplicação acima), Silva considera que essa noção indica uma participação ativa de sujeitos – mui-

tas vezes assumindo conotações de intencionalidade que pouco se justificariam empiricamente —, podendo conduzir a uma concepção dos trabalhadores como atores isolados, independentes. Mas o seu uso pode sintetizar, em uma perspectiva relacional e histórica, o comportamento cotidiano de trabalhadores que não se constituem num conflito aberto entre capital e trabalho, não estão politicamente organizados, mas que se situam em oposição às forças dominantes na sociedade (Silva, 1982:19).

O que se busca retomar nessas discussões é, portanto, a relevância das questões abordadas, o seu quadro de referências sobre a família e o trabalho, e as condições de vida prevalentes entre os segmentos sociais excluídos de um processo de construção da cidadania (estratégias de sobrevivência, de vida, de reprodução cotidiana).

Isso permite repensar as situações estudadas do ponto de vista da família e da emergência de uma classe trabalhadora (Paoli, 1984), comparando-se diferentes situações criadas ao longo do processo de industrialização em que o espaço da família aparece como *locus* da reprodução da classe trabalhadora, nos seus diversos aspectos.

A reprodução na classe: algumas considerações

O conjunto das mudanças introduzidas ao longo do processo de industrialização tende a modificar o quadro anterior, em que as relações familiares eram articuladas como mecanismo de garantia da reprodução cotidiana. Alguns segmentos sociais surgem como agentes de mudança dessas condições, tal como

ocorre em um processo de formação de classe e, em diferentes graus, nos movimentos sociais. A reunião de forças que decorreu das pressões criadas em diferentes etapas desses movimentos fez surgir formas de intervenção no mercado de trabalho que resultaram no desenvolvimento de políticas sociais cuja origem remonta aos anos 30. Embora incidindo de modo seletivo no mercado de trabalho, essas políticas foram modificadas ao longo desses anos e os setores considerados protegidos também foram alvo de outras mudanças. O padrão de desenvolvimento pós-1964 decorreu de uma política econômica voltada para a expansão das indústrias de bens de consumo durável e de bens intermediários. Situa-se nesse último caso o recente desenvolvimento ocorrido no Nordeste. Esse padrão baseou-se na adoção de políticas estatais que visavam promover uma sociedade de consumo com amplos mercados nacionais, o que implicou a incorporação de importantes contingentes populacionais a esses mercados (Faria, 1989:73) (1). Tais mudanças interferiram também na organização da vida cotidiana, geralmente implicando a degradação das condições de vida de grande parte das massas urbanas, para as quais a aquisição de aparelhos eletrodomésticos torna-se uma necessidade socialmente criada (Lefebvre, 1958:38-40).

As tendências gerais identificadas entre os trabalhadores urbanos, suas famílias e sua vida cotidiana permitem introduzir algumas observações relativas ao segmento de trabalhadores incorporados em um parque industrial estabelecido na Bahia em 1978. Como se sabe, o desenvolvimento econômico ocorrido em regiões do Nordeste por essa época resultou do deslocamento do eixo da eco-

(1) Isso ocorreu, por exemplo, pela via do crédito direto ao consumidor, embora em um contexto de concentração de renda, achatamento salarial e difundida pobreza, implicando a deterioração de hábitos alimentares e padrões habitacionais, mas também a ampliação da posse de bens de consumo (televisão, rádio, geladeira), mesmo nas camadas mais pobres da população (Faria, 1989:75)

nomia regional, dos produtos alimentares e têxteis para a indústria química e de produtos derivados, voltada para a produção de insumos intermediários. A indústria química (petroquímica), juntamente com o setor mineral, passariam a representar 47% do faturamento total da indústria regional. Vale mencionar, também, a criação de um setor de alta produtividade com a reciclagem da indústria sucro-alcooleira – as refinarias de álcool (Oliveira, 1990:81).

A indústria petroquímica, que passa a liderar a produção regional com a implantação do Pólo de Camaçari, na Bahia, viabilizou-se como uma estratégia de integração desta produção à economia nacional, concretizada por um poderoso sistema empresarial resultante de uma aliança entre as classes dominantes locais, a tecnoburocracia e o capital multinacional, prevalecendo a utilização dos fundos públicos (fundados no dispositivo 34/18) (Guimarães, 1987; Oliveira, 1990). A dinâmica que esse parque industrial empreendeu à economia regional pode ser constatada também pelo incremento populacional: enquanto as maiores cidades brasileiras cresceram lentamente na última década, a cidade de Salvador cresceu a uma taxa de 2,9%, tornando-se a terceira cidade brasileira em população, e a sua região metropolitana registrou a maior taxa de crescimento anual do país, seguida da região de Fortaleza (IBGE, 1992).

As condições proporcionadas por esse padrão de industrialização e a sua influência sobre o modo de vida existente permitem questionar até que ponto as mudanças ocorridas neste modo de vida refletem uma lógica da pobreza, como os primeiros estudos sobre a formação de uma classe operária no Brasil faziam crer. As questões mais específicas sobre as mudanças nos padrões de reprodução e organização familiar dos petroquímicos baianos permitem tomar como referência uma discussão mais ampla sobre as possíveis articulações existentes entre os

sistemas produtivos e a organização da vida pessoal e familiar dos trabalhadores (Hirata, 1986). Isso remete aos novos contextos em que se dão as diversas formas de interferência do Estado e das classes dominantes sobre a esfera privada das classes trabalhadoras. Os padrões de organização familiar que emergem em segmentos do proletariado urbano, em diferentes regiões e contextos sociais, sugerem uma redefinição dessas relações, remetendo ao desdobramento das discussões anteriores sobre as condições de vida e trabalho identificadas em segmentos de classes.

Os mecanismos de proletarianização efetiva continuam presentes, pois os bens e serviços que eram produzidos internamente passam a ser produzidos fora de casa, forçando aqueles que os produziam no espaço doméstico a procurar emprego e comprá-los no mercado. A venda da força de trabalho para a garantia da reprodução torna-se, então, uma condição generalizada no capitalismo industrial (Przeworski, 1989:80). Entretanto, a importância da base numérica dos grupos familiares é uma condição que se redefine tanto pelas mudanças nas formas de inserção dos diversos membros da família no mercado – como mostraram as pesquisas mencionadas acima, sobre as estratégias familiares e suas modificações –, como pelas transformações que resultam na redução do tamanho da família e na tendência declinante da predominância da família nuclear (Bilac, 1991).

O papel das unidades domésticas, o desdobramento de seus mecanismos de reprodução em práticas consideradas necessárias à manutenção das famílias, a organização estruturada a partir de redes de relações sociais e de parentesco e as formas de compartilhar a organização da vida cotidiana são tomados como elementos de referência desse conjunto de articulações em torno do domicílio – o lugar de satisfação das diferentes necessidades materiais e afetivas que são continuamente renovadas. Aí se realizam

aquelas atividades cujo fim último é garantir a manutenção e reprodução da vida (Oliveira *et al.*, 1989:18). Esse conjunto de relações encontra-se articulado às demais instituições sociais, como o mercado de trabalho, o mercado de bens e serviços, o Estado, os sindicatos e outros (Jelin, 1984).

Outros processos interagem com esses no sentido de modificá-los, como a individualização dos modos de vida, a valorização do mundo privado, o isolamento da família conjugal e a multiplicidade dos arranjos familiares. Tais processos decorrem, ainda, das demandas dos cidadãos por serviços urbanos tais como saúde, educação, transporte, lazer, creches e outros (Jelin, 1984). Essas novas necessidades e suas formas de satisfação guardam também uma relação com a separação que se dá entre o tempo de trabalho e outras dimensões da vida, configurando outras formas de sociabilidade. A organização da vida cotidiana, determinada por uma condição de classe, encontra-se, portanto, articulada a diferentes processos pelos quais os indivíduos satisfazem suas necessidades, apropriando-se espontaneamente do sistema de hábitos e das técnicas que lhe são características. Assim, essas atividades caracterizam as reproduções particulares criadoras da possibilidade global e permanente da reprodução social (Heller, 1982:9).

Portanto, um processo de diferenciação entre os segmentos operários e os demais segmentos da classe trabalhadora vem ocorrendo em certos ramos da indústria como o metalmeccânico, o metalúrgico e o automobilístico, além das indústrias de bens intermediários como petróleo, siderurgia, cimento e petroquímica. E as principais tendências dessa diferenciação resultaram da reemergência do movimento operário e da reunião de forças que ocorreu, principalmente entre os metalúrgicos, no final dos anos 70, decorrente da formação dos seus interesses de classe (Guimarães, 1987). Em

parte, as mudanças introduzidas nesse período, atingindo segmentos regionais como os metalúrgicos em Minas Gerais e os petroquímicos na Bahia, estariam associadas às formas de gestão da força de trabalho, através de investimentos na qualificação e na estabilidade dos segmentos incorporados (Castro e Guimarães, 1988:42 e 1990:46; Hirata, 1983 e 1986). Mas também resultaram do conjunto de políticas desenvolvidas entre o final dos anos 60 e o fim da década de 1970 dirigidas a esses segmentos operários.

As articulações entre os sistemas produtivos e a organização familiar dos trabalhadores, situadas a partir dessas referências, podem ser pensadas como formas de interpenetração entre o público e o privado – utilizados aqui em um sentido abrangente (cf. Hirata, 1983 e 1986). Isso ocorreria se as práticas culturais predominantes entre os trabalhadores não criassem limites e separações suficientes entre as atividades próprias a cada uma dessas esferas. Entretanto, as mudanças acima mencionadas e o processo de construção da cidadania nesses segmentos operários induzem a uma reflexão sobre os seus possíveis efeitos no sentido de possibilitarem a constituição da esfera privada nestes segmentos.

Nesse sentido, as configurações da vida familiar e da reprodução cotidiana adquirem maior interesse pelo que podem revelar sobre uma classe, em contraste com as análises anteriores, que buscavam entender as configurações familiares como fenômeno peculiar associado à pobreza extrema de determinados segmentos sociais. Nesses novos contextos interagem, portanto, as formas de gestão da força de trabalho, a melhoria do seu padrão de vida e o desmembramento das políticas sociais nos setores da indústria. Estas últimas atuam no sentido de assegurar, parcialmente, a reprodução da vida imediata. Segundo Oliveira (1988), isso decorre de uma possível inversão das relações no campo da

reprodução da força de trabalho, o que se concretiza com a institucionalização do salário indireto, viabilizando a concessão dos benefícios sociais.

Um segmento da força de trabalho regional integra-se, portanto, a um processo de formação de classe no plano geral e também interage com esse conjunto de mudanças. A divisão social e técnica do trabalho impõe distinções objetivas que orientam a constituição dos segmentos na estrutura ocupacional – os trabalhadores manuais qualificados –, mas isso se concretiza em confluência com outros fatores, especialmente, a formação dos interesses de classe. Entretanto, para o que se quer enfatizar nesta reflexão, importa observar que, na dinâmica do mercado de trabalho local, o crescimento da participação de chefes de família assalariados aumentou nesse período (37% para 47% em 1970-1980) e cerca de 1/3 do total dos empregados foi absorvido em atividades industriais. Essa tendência esteve associada a um aumento da frequência de grupos domésticos e famílias menores, com até cinco componentes (12% para 14%).

Houve, portanto, um crescimento do número de domicílios onde predomina um menor número de componentes e cujo chefe exerce uma atividade assalariada e encontra-se numa faixa etária inferior a 36 anos (Guimarães, 1991). A intensificação da demanda por uma força de trabalho jovem e qualificada, no final dos anos 70, indica que as primeiras gerações incorporadas nesse pólo industrial encontravam-se num momento do ciclo vital que coincide com a constituição de família. Esse padrão vem sendo iden-

tificado em outros contextos relacionados ao desenvolvimento da indústria: a expectativa de aquisição de um emprego fabril com uma boa remuneração geralmente coincide com o momento de constituição da família, chegada do primeiro filho, ou redefinição do projeto familiar (Michel, 1983; Tripiet e Tripiet, 1991) (2). O perfil inicial dessa força de trabalho contratada tinha as seguintes características: (a) uma predominância masculina de 86,13% e uma participação feminina de apenas 13,87%; (b) uma concentração de 82% dos trabalhadores na faixa etária de 20 a 40 anos, dos quais 54,89% tinham entre 30 e 40 anos; (c) a inexistência de trabalhadores analfabetos, uma proporção de 24,8% com o 1º grau completo e de 54,9% com o 2º grau completo ou incompleto (Sinper, 1986).

Apesar das freqüentes demissões, esse perfil não tem sido alterado em grandes linhas. A identificação de algumas características permite dar continuidade a essa reflexão, considerando-se os supostos mencionados sobre as mudanças que ocorrem na formação de um segmento operário. Na medida em que elas resultam de um processo de construção da cidadania e passam a fazer parte dos principais interesses dos trabalhadores, indaga-se até que ponto essas mudanças alteram e contrariam a permanência de um modo de vida coletivo, baseado nas redes de relações sociais de parentesco e vizinhança, apoiado na família e nas características culturais que orientam a formulação das estratégias familiares e de sobrevivência. Confirmando o perfil destacado, há uma predominância masculina de 90,5% no grupo estuda-

(2) O Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec) absorvia cerca de 26.382 trabalhadores até 1988, em um total de 54 empresas. Em 1991 mencionava-se um contingente de 18 mil trabalhadores contratados e estabilizados e, no final de 1993, registra-se uma média de 12 mil trabalhadores contratados em 40 empresas (Sindicato Química, BA). O Copec gerava 52% do ICMS do setor industrial e 26,72% da arrecadação total do estado em 1989. O grupo das 40 empresas petroquímicas teve uma participação na arrecadação total do estado de 18,72%, sendo responsável por cerca de 45% da produção nacional de petroquímicos (C.E.I./Sepplantec e Federação das Indústrias do Estado da Bahia (Fieba), 1989/90).

do, ao passo que a participação feminina é de menos de 10% dos trabalhadores contratados (ver Tabela 1) (3).

Essa distribuição por sexo decorre da atuação dos fatores que condicionaram a forma de inserção feminina na força de trabalho, definindo um padrão que foi identificado em diferentes mercados de trabalho, com suas características e peculiaridades. Ele é indicado por uma concentração das mulheres no setor terciário (de serviços) e por sua reduzida

de participação feminina nos serviços, tendendo a um aumento das atividades assalariadas.

No setor petroquímico, a reduzida participação feminina (4) pode ser constatada pela distribuição dos trabalhadores segundo as áreas de atuação nas empresas. Há uma concentração de 46% dos trabalhadores na produção e 9,52% na manutenção (com uma totalidade masculina). A participação feminina restringe-se à área de laboratório (2,6%),

Tabela 1
Área de atividade, sexo, idade

Idade	Produção		Manutenção		Laboratórios		Administração		Outras		Total						
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F							
- 20 a							01	(0,6)	01	(0,9)		02					
20-24 a	20	(2,2)	10	(4,8)	16	(13,0)	11	(21,5)	12	(7,9)	09	(8,3)	10	(2,8)	03	(6,7)	97
25-29 a	129	(14,1)	18	(9,8)	29	(23,6)	19	(37,2)	19	(12,5)	17	(15,7)	37	(9,8)	11	(24,4)	279
30-34 a	166	(18,2)	31	(16,8)	30	(24,4)	13	(25,5)	30	(18,7)	25	(23,1)	90	(23,4)	06	(13,3)	391
35-39 a	318	(34,9)	51	(27,2)	33	(26,8)	04	(7,8)	36	(25,0)	35	(32,4)	105	(27,3)	12	(26,7)	586
40-44 a	183	(20,0)	36	(19,2)	12	(9,7)	02	(3,9)	34	(22,4)	17	(15,7)	75	(19,4)	07	(15,5)	366
+ 45 a	78	(8,5)	42	(22,4)	03	(2,4)	02	(3,9)	18	(11,8)	04	(3,7)	68	(17,6)	08	(13,3)	221
Total	894	(100,0)	188	(100,0)	123	(99,9)	51	(99,9)	152	(99,8)	108	(99,9)	365	(99,9)	45	(99,8)	1.946
	(46,0)		(9,5)		(6,3)		(2,6)		(7,7)		(5,5)		(19,6)		(2,3)		(100,0)

FONTE: Levantamento nas empresas, Copec, 1992.

participação no setor secundário (transformação, indústria). Em ambos os setores vêm ocorrendo transformações qualitativas que interferem na sua composição interna – sem que se altere quantitativamente esse perfil. Assim, identifica-se uma certa feminização em certos ramos das indústrias dinâmicas, como a microeletrônica, a químico-farmacêutica e outras, como também se modifica a forma

onde se encontram cerca de 6% dos trabalhadores, e à área da administração (5,5%).

Diversos autores já discutiram esse padrão de participação. Vale lembrar o trabalho de Blay (1978) e, entre os mais recentes, o de Hirata (1986) e o de Humphrey (1987). A conclusão geral é a de que tanto o tipo de qualificação requerida para as tarefas, como a forma de atuação da política

(3) Os dados mencionados a seguir foram obtidos na primeira etapa do trabalho de campo, realizado até o início de 1992, compondo uma amostra de 1.964 trabalhadores contratados em cinco empresas petroquímicas do Copec, sendo uma grande e quatro médias empresas. Trata-se de uma pesquisa em andamento, que deve resultar em tese de doutorado a ser defendida no Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

(4) Essa participação reduzida certamente decorre da atuação conjunta de alguns fatores que serão discutidos em outra etapa do trabalho que estamos conduzindo. A discussão leva em conta algumas hipóteses já existentes sobre a questão, mas entende-se que as condições objetivas definem a constituição dos segmentos na estrutura ocupacional, interagindo com os fatores subjetivos. Assim, as mulheres constituem cerca de 10% da força de trabalho contratada nas empresas do Pólo de Camaçari, geralmente exercendo atividades qualificadas, mas a sua participação é maior como força de trabalho subcontratada, exercendo atividades desqualificadas – e isso tende a crescer com a "terceirização" que se intensificou nos últimos anos.

empresarial estimulariam essas formas de segmentação do mercado de trabalho. Mas esses fatores estão associados às formas simbólicas de construção social das diferenças entre homens e mulheres (implícitas nas relações de gênero), que são internalizadas – como componentes da subjetividade – e terminam por influir na forma como as mulheres se inserem no mercado de trabalho (Lobo, 1991).

Isso reforça o argumento de que a exclusão das mulheres das áreas de produção das indústrias dinâmicas caracterizaria uma classe trabalhadora "dividida" por relações de gênero, em decorrência das diferentes experiências de trabalho que se traduzem nas outras esferas da vida (Lobo, 1991). Para os objetivos da presente discussão, a composição desse segmento de trabalhadores manuais qualificados é caracterizada pela concentração da faixa etária (50% na faixa de 30 a 40 anos), o que revela uma seletividade exercida pelo mercado de trabalho. Portanto, há um rejuvenescimento da força de trabalho incorporada na produção (apenas 20% têm entre 40 e 45 anos e 8,5% têm mais de 45 anos), o que certamente decorre das condições do trabalho industrial: os fatores de risco, o ambiente poluído das fábricas e os aspectos psicológicos associados ao trabalho fabril, especialmente a jornada de trabalho em turnos, impõem limites de resistência aos trabalhadores mais velhos.

A associação entre a idade, o ciclo de vida e o ingresso na força de trabalho fabril indica que há uma presença significativa de chefes provedores no grupo estudado, como se verá em seguida. Essa predominância de chefes provedores masculinos revela a existência de um padrão de organização familiar que pode ser comparado com os padrões identificados nas pesquisas mencionadas inicialmente, que indicam que as condições de remuneração e qualificação são maiores entre os trabalhadores manuais assalariados e que estes são, em sua maioria, chefes provedores (ver Montali e Telles, 1986). Como essas pesquisas mostraram, as famílias desses chefes provedores contrastam com aquelas que são mais marcadas pela precariedade das condições de vida e de trabalho dos seus chefes, dependendo mais da mobilização do trabalho de vários de seus membros para garantir a sobrevivência.

Em relação à indústria petroquímica, estudos anteriores demonstraram que, em torno de 1985, as empresas do ramo mantinham níveis de remuneração acima do mercado, situando os seus trabalhadores entre as categorias operárias mais bem-remuneradas do país. Já em setembro de 1991, porém, segundo dados divulgados na época, seus níveis de remuneração estavam 3,9% inferiores à média do mercado nacional, defasagem que aumentaria continuamente a partir

Tabela 2
Distribuição total por sexo e faixa etária

Idade	M		F		Total
- 20 a	01	(0,1)	01	(0,4)	02
20-24 a	67	(3,8)	24	(11,7)	91
25-29 a	232	(13,3)	47	(23,0)	279
30-34 a	347	(19,9)	44	(21,5)	391
35-39 a	545	(31,3)	51	(25,0)	596
40-44 a	340	(19,5)	26	(12,7)	366
+ 45 a	209	(11,9)	12	(5,8)	221
	1.741	(89,5)	205	(10,5)	1.946 (100,0)

FONTE: Levantamento nas empresas, Copec, 1992.

Tabela 3
Localização dos chefes provedores nas empresas segundo os dependentes

	Produção	Manutenção	Laboratórios
Sem dependentes	30,14	24,46	49,42
Com dependentes	69,85	75,53	50,57

FONTE: Levantamento nas empresas, Copec, 1992.

de então. Mais concretamente, a média salarial da categoria teria caído de US\$ 1.000 para US\$ 600 (Sindiquímica, *Jornal A tarde*, 1991). Apesar disso, as empresas mantêm uma política de valorização do salário indireto, mediante um sistema de benefícios sociais que permite a elevação do padrão de reprodução da força de trabalho. Não obstante algumas modificações introduzidas em anos recentes, este sistema vem sendo mantido, juntamente com outras formas de promoção das relações de pessoal, caracterizadas como estratégias de estabilização e envolvimento de uma força de trabalho qualificada e politicamente organizada (Hirata, 1986; Castro e Guimarães, 1990).

Segundo Oliveira (1988:10), a valorização do salário indireto teria resultado da universalização de uma prática adotada pelas políticas públicas de bem-estar social visando manter a demanda pela elevação do poder de compra da população. A concessão dos benefícios sociais faz parte do conjunto de mudanças que afetam a vida cotidiana, a organização familiar e os demais aspectos que possibilitam a configuração de um mundo privado. Nesse sentido, podemos dizer que essas mudanças interagem com a composição dos grupos domésticos desse segmento de trabalhadores.

A pesquisa revela também uma maior presença, entre os chefes provedores, de trabalhadores com dependentes nos principais setores das empresas: cerca de 70% na produção e 75,5% na manutenção. Essa proporção é menor apenas nos laboratórios (50,5%), onde há uma maior participação de mulheres e de

jovens que concluíram recentemente uma formação em escola técnica ou ainda encontram-se em período de formação profissional (ver Tabela 3).

A distribuição dos trabalhadores segundo o número de dependentes indica uma composição reduzida dos grupos domésticos, mas comparando-se os trabalhadores manuais da produção e manutenção, verificam-se pequenas diferenças: os grupos domésticos com um ou dois dependentes são mais frequentes entre o pessoal da manutenção do que entre aqueles alocados na produção (19,7% no primeiro grupo e 16% no segundo); os grupos com três dependentes se equivalem nas duas situações profissionais (16% em cada caso); aqueles com quatro dependentes e mais são mais frequentes entre os trabalhadores da produção do que entre os da manutenção (Tabela 4).

Os trabalhadores manuais qualificados da produção estão mais concentrados na faixa de 30 a 40 anos (52% na produção e 43% na manutenção), são mais estabilizados nas empresas e têm maior tempo de serviço e maiores investimentos em qualificação, o que indica maiores níveis salariais e, portanto, a possibilidade de manutenção de grupos domésticos um pouco maiores (25% do pessoal da produção e 23% da manutenção têm mais de quatro dependentes). Isso permite confirmar a redução do tamanho de família nesse segmento operário, já que esta freqüentemente coincide com o grupo doméstico. Com isso é possível dar continuidade à reflexão sobre o conjunto de fatores que incidem sobre a mudança do padrão de organização fami-

Tabela 4
Trabalhadores e número de dependentes

Dependentes	Produção	Manutenção	Laboratórios
0	230* (30,0%)	46 (24,5%)	86 (49,0%)
1	85 (11,0%)	30 (15,6%)	26 (14,9%)
2	126 (16,0%)	37 (19,7%)	27 (15,5%)
3	125 (16,0%)	31 (16,5%)	19 (10,9%)
4	197 (26,0%)	44 (23,4%)	16 (9,2%)
Total	763	188	174

* Este total inclui um grupo de trabalhadores que não informaram o número de dependentes, diferindo, por isso, do total apresentado nas tabelas anteriores.

FONTE: Levantamento nas empresas, Copec, 1992.

liar nesse segmento, sugerindo que a base numérica não constitui um fator para essa organização, em face das necessidades de reprodução. O perfil dos trabalhadores petroquímicos como chefes provedores confirma o suposto de que não deve haver uma mobilização para o trabalho de outros membros da família e que a reprodução cotidiana é freqüentemente garantida com o trabalho de um único chefe (5). Certamente, o trabalho feminino não pode ser discutido como uma decorrência direta de necessidades familiares – pois essa é uma decisão que pode resultar exclusivamente das pressões econômicas de encargos familiares nos segmentos mais pauperizados da população. Mas, nas demais situações, isso resulta da confluência de outros fatores, tanto objetivos como subjetivos, nos quais a decisão de trabalhar encontra-se relacionada a projetos individuais e familiares, como a melhoria do padrão de consumo ou a valorização de uma atividade profissional.

Esses fatores caracterizam a inserção dos chefes provedores e seus padrões de organização familiar, apoiados nas configurações culturais e na forma como essas são canalizadas na constru-

ção de um mundo privado em segmentos da classe trabalhadora. Esse padrão já foi identificado em estudos centrados em outros segmentos da classe operária (ver Hirata e Humphrey, 1989) e vem sendo discutido também em outros trabalhos. Ao lado disso, a redução da jornada de trabalho para 33,6 horas semanais indica igualmente que a reprodução cotidiana não impõe a necessidade de horas extras, como ocorre em outros segmentos do mercado de trabalho.

Como alguns estudos procuram demonstrar, a diferenciação entre segmentos de trabalhadores urbanos resulta das suas condições de trabalho e da ação daqueles que se tornam capazes de exercer pressões e reivindicar seus direitos. Assim, a situação familiar dos operários pode ser reconhecida pela política empresarial como fator de pressão contra o desemprego, ou como fator favorável à mobilidade interna nas empresas, configurando-se como um elemento importante da identidade dos trabalhadores (Humphrey, 1987). Na trajetória desses trabalhadores e na formação de sua família encontram-se componentes do "status de chefe de família" que se identificam como traços de uma

(5) A continuação do trabalho de campo, com a visita aos domicílios e a realização de entrevistas com os trabalhadores e suas companheiras, vem permitindo confirmar esse padrão. Ele parece modificar-se diante da posição assumida pelas próprias mulheres quanto à tomada de decisão sobre o trabalho profissional.

cidadania oposta à pobreza (Guimarães e Agier, 1990:62).

O padrão de organização familiar que vem sendo discutido deve apoiar-se nas relações de poder existentes na família, configurando relações de gênero, o que deve ser reforçado pela maior contribuição econômica masculina. Mas a delimitação do mundo privado como esfera abrangente permite incorporar a problemática de vida da classe trabalhadora na modernidade e refletir sobre essa esfera restrita da família (Habermas, 1984). As perspectivas de melhoria do padrão de

vida e de acesso ao patrimônio e aos canais de educação apresentam-se como traços peculiares à "família assalariada", que tende a se aproximar mais dos processos de individualização dos modos de vida. Assim, nas situações em que a mulher não trabalha, a sua posição na família também se modifica, pela transformação dos valores que viabilizam uma "reconfiguração da subjetividade", redefinindo essas relações de poder, ou de gênero, que se configuram no grupo familiar.

Referências bibliográficas

- ABREU, Alice de P. Mercado de trabalho, estratégias familiares e processos de assalariamento. Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, Relatório Final de Pesquisa, Intercâmbio GEDISST, 1990.
- AGIER, Michel. "Espaço urbano, família e status social. Um percurso nos espaços de referência das famílias do novo operariado baiano". *Cademo CRH*, Salvador, CRH-UFBa, n. 13, 1990.
- ALVIM, M. Rosilene B. *A arte do ouro: um estudo sobre os ourives de Juazeiro do Norte*. Brasília, Ed. da UnB, 1979.
- _____. "Família e operários de origem camponesa: uma leitura da crise do Brasil arcaico". In: LOPES, J.S.L. (org.), *Cultura e identidade operária*, Rio de Janeiro, Marco Zero/UFRJ, 1987.
- BERQUÓ, Elza e OLIVEIRA, M.C. "A família no Brasil: análise demográfica e tendências recentes". In: ANPOCS, *Ciências Sociais hoje*, São Paulo, Anpocs, 1990.
- BILAC, Elizabeth D. *Famílias de trabalhadores, estratégias de sobrevivência: a organização da vida familiar em uma cidade paulista*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- _____. "Convergências e divergências nas estruturas familiares no Brasil". In: ANPOCS, *Ciências Sociais hoje*, Rio de Janeiro, Anpocs/Ed. Vértice, 1991.
- BLAY, Eva A. *Trabalho domesticado: a mulher na indústria paulista*. São Paulo, Ática, 1978.
- CASTRO, Mary G. *Family, gender and work: the case of female heads of household in Brazil, São Paulo-Bahia*. Tese de Doutorado, Universidade da Flórida, 1989.
- CASTRO, N.A. e GUIMARÃES, A.S. "Espaços regionais de construção de identidade: a classe operária no Brasil pós-77". In: ANPOCS, *Ciências Sociais hoje*, Rio de Janeiro, Anpocs/Ed. Vértice, 1988.
- _____. "Classes, regimes fabris e mudança social no Nordeste". In: *Reestruturação urbana, espaço e desafios*, Rio de Janeiro, Ed. Nobel/uperj, 1990.
- DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*. São Paulo, Perspectiva, 1976.
- FARIA, Vilmar. "Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos". In: ANPOCS, *Ciências Sociais hoje*, São Paulo, Anpocs, 1989.
- GARCIA, B.; OLIVEIRA, O. e MUÑOZ, H. "Familia y trabajo en México y Brasil". *Estudios Sociológicos*, El Colegio de México, vol. 1, n. 3, 1986.
- GUIMARÃES, A. Sérgio. "Estrutura e formação das classes sociais na Bahia". *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, n. 18, 1987.

- GUIMARÃES, A. Sérgio e AGIER, Michel. "Identidades em conflito: técnicos e peões na petroquímica da Bahia". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Anpocs, n. 13, 1990.
- GUIMARÃES, Iracema B. "A participação da família no mercado de trabalho: notas a partir dos censos demográficos". *Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, São Paulo, ABEP, 1990.
- _____. "Características de um mercado de trabalho e participação do grupo familiar". *Caderno CRH*, Salvador, CRH-UFBA, n. 14, 1991.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- HELLER, Agnes. *La revolución de la vida cotidiana*. Barcelona, Ed. Península, 1982, pp. 7-28.
- HIRATA, Helena. "Receita japonesa, realidade brasileira". *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, vol. 2, n. 2, 1983, pp. 61-5.
- _____. "Família, trabalho e relações homem-mulher: reflexões a partir do caso japonês". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Anpocs, n. 2, v. 1, 1986, pp. 5-12.
- HIRATA, Helena e HUMPHREY, John. "Trabalhadores desempregados: trajetórias de operárias e operários industriais no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Anpocs, n. 11, 1989.
- HUMPHREY, J. *Gender and work in the third world*. Londres, Tavistock Publications, 1987.
- IBGE. Resultados preliminares no Censo de 1991. Divulgação interna. Rio de Janeiro, IBGE, 1992.
- JATOBÁ, Jorge. "A família na força de trabalho. Brasil Contemporâneo, 1978-1986". *Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, vol. 2, 1990.
- JELIN, Elizabeth. *Família e unidade doméstica: mundo público y vida privada*. Buenos Aires, CEDES, 1984.
- LEFEBVRE, Henri. *Critique de la vie quotidienne*. Paris, l'Arche Editeur, 1958, pp. 9-51.
- LOBO, Elizabeth Souza, 1991. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, resistência e dominação*. São Paulo, Brasiliense/Prefeitura de São Paulo/Secretaria Municipal de Cultura, 1991.
- LOPES, J.S.L. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*. Rio de Janeiro, Marco Zero/UnB/CNPq, 1988.
- MACEDO, Carmen C. *A reprodução da desigualdade*. São Paulo, Hucitec, 1979.
- MICHEL, André. *Sociologia da família e do casamento*. Coimbra, Ed. Rés Ltda., 1983.
- MONTALI, Lilia. "Família e trabalho na conjuntura recessiva". *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, n. 5, jan-mar., 1991.
- MONTALI, Lilia e TELLES, Vera da S. "Família e modo de vida das classes trabalhadoras". *Anais do V Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, 1986.
- OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco de. "A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital". *Estudos Cebrap*, São Paulo, Cebrap, n. 16, 1976.
- _____. "O surgimento do anti-valor". *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, n. 22, 1988.
- _____. "Fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste". *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, n. 27, 1990.
- OLIVEIRA, M. Coleta. *A individualização da força de trabalho e o trabalho feminino em Pederneiras, SP*. São Paulo, Prodeur/USP, 1978.
- OLIVEIRA, Orlandina de; LEHALLIER, M.P. e SALLES, V. *Grupos domésticos y reproducción cotidiana*. México, UNAMEI Colegio de México, 1989.
- PAOLI, M. Célia. "A família operária: notas sobre a sua formação histórica no Brasil". *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, 1984, pp. 443-68.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo, Cia. das Letras, 1989.

- RIBEIRO, Rosa; SABÓIA, A. e BREGMAN, S. Crise e reprodução social das famílias na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Comunicação apresentada no XVII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, 1993.
- RYCHTER, Danielle C. e FOUGEROLLAS, Dominique. *Marche du travail, stratégies familiales et processus du salarization. Confrontation de problematiques*. Paris, CNRS, GEDISST, 1990.
- SCHWARTZ, Olivier. *Le monde privé des ouvriers, hommes et femmes du Nord*. Paris, PUF, 1990.
- SILVA, Luis A. Machado da. *Condições de vida nas camadas populares. Introdução*. Debates Urbanos n. 6, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- SINPER – Sindicato da Indústria Petroquímica e Res. "Perfil do Trabalhador do Pólo Petroquímico". *Força de Trabalho e Emprego*, ns. 8-9, SINE-Ba, 1986.
- TELLES, Vera da S. *Cidadania inexistente: incivildade e pobreza*. Tese de doutorado, São Paulo, USP, 1992.
- TRAPIER, Maryse e TRIPIER, Pierre. "Mondes ouvriers, aujourd'hui et hier". *Sociologie du Travail*, Paris, n. 2, 1991, pp. 293-8.
- WOORTMANN, Klaas. "A família trabalhadora". In: ANPOCS, *Ciências Sociais hoje*, São Paulo, Anpocs, 1984.

RESUMO – As articulações possíveis: família e reprodução em um segmento operário. O principal objetivo do trabalho é revisitar uma discussão que estabelece um conjunto de mediações entre família e a classe social, situando-as em contextos específicos do desenvolvimento industrial brasileiro. Com as mudanças ocorridas, outras mediações e relações vêm sendo enfatizadas, especialmente no que se refere às condições da reprodução do trabalhador e sua família entre setores operários emergentes. Como exemplo, encontramos os trabalhadores do Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, que interagem com alguns desses fatores, tendo como resultante a transformação do modo de vida desse grupo social.

ABSTRACT – Possible articulations: the family and reproduction in a working class segment. The principal objective of the work is to review a discussion which establishes a set of mediations between family and social class located in specific contexts of Brazilian industrial development. With the changes that have occurred, other mediations and relations have been emphasized, especially regarding the conditions of reproduction of the worker and his family within emerging working class sectors. For example, at the Petrochemical Complex of Camaçari in the State of Bahia we found workers interacting with some of these factors which resulted in the transformation of the style of living of this social group.